



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA

**RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO
ESTADO DO ACRE**

Realização: **22 e 23 de novembro de 2007**

Responsável pela sistematização: Secretaria de Estado de Educação
Conselho Estadual de Educação

A) RELATIVO AOS ESTUDOS DAS TEMÁTICAS E COLÓQUIOS

EIXO I – Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação.

Modificação no Texto

No parágrafo 6º do documento referência (DR), cabe dar relevância

A função social da escola deve incorporar o atributo da qualidade, o que requer uma política nacional de avaliação que contribua para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, da escola e do processo ensino-aprendizagem, resultando em uma escola de qualidade, socialmente referenciada, numa concepção mais ampla de avaliação que agregue indicadores institucionais tais como: Projeto Político Pedagógico; infra-estrutura; tempo de permanência do aluno na escola; gestão democrática escolar; participação do corpo discente na vida escolar; sistema de avaliação local; carreira, salário e qualificação dos trabalhadores de educação; formação e escolha do dirigente escolar; número de alunos por série e material pedagógico disponível; dentre outros.

As instituições privadas, por serem agregadas ao sistema público subordinam-se ao conjunto de normas gerais de educação e devem se harmonizar com as políticas públicas que têm como eixo à educação e acatar a autorização e avaliação pelo poder público.

No parágrafo 8º do DR, sugere-se acrescentar:

Ao deixar a definição de estratégias somente aos Estados e Municípios o Plano Nacional de Educação deixou de consolidar um projeto comum e articulado de educação, garantindo as diretrizes educacionais comuns e mantendo a especificidade de cada ente federado.

E ainda, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE - pode ser o princípio de um Projeto Articulado de educação, desde que, além do papel de articulador assuma o de coordenador da Política Nacional de Educação, definindo uma responsabilidade comum na perspectiva do regime de colaboração.

No parágrafo 10 do DR, acrescentar:

O uso das tecnologias de informação de comunicação aliado a outras sugestões presenciais poderão contribuir para o fortalecimento e descentralização dos sistemas de ensino bem como, para a organização e gestão das unidades escolares.

Posições Majoritárias

- Que o grande projeto Articulado de Educação, ao consolidar um sistema nacional de Educação, contemple as diferentes leituras de educação das diversas realidades.
- Que o Plano de Desenvolvimento da Educação -PDE propicie um tempo maior para a discussão das propostas pré-estabelecidas, através de fóruns, momentos de conversas, possibilidade de abertura de dialogo na comunidade escolar.
- A educação precisa de um Sistema de Avaliação com foco não apenas na aprendizagem, mas nas várias dimensões do processo educacional.
- Há necessidade de integração da Educação Profissional à Educação Básica nas suas diferentes modalidades; Promover essa integração requer pensar em: um modelo de gestão, integração de currículo, infra-estrutura, equipes etc.
- Garantir o acesso, a permanência e o sucesso do aluno que ingresse na educação Básica, de modo que complete o ciclo de formação dentro de prazo estabelecido pela legislação em vigor, sem interrupção nesse processo.

- Assegurar a escolarização de jovens e adultos analfabetos através de um projeto de letramento, fundamentado na construção da cidadania e no fortalecimento da democracia.

Posições Minoritárias

- Possibilidade de revisão e redução ou isenção dos impostos educacionais das instituições de Ensino Privado de Educação Básica, utilizando-se do regime de colaboração do critério de trocas de vagas.
- O Sistema Nacional de Avaliação deve auxiliar os Estados e municípios a implementarem sistemas próprios de avaliação que levem em conta a auto-avaliação institucional e a avaliação externa.

EIXO II – Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação.

Relativo ao parágrafo 3º do documento referência, é importante frisar que o Estado do Acre já efetivou suas normas sobre gestão democrática através da Lei 1.513/03 que estabelece como princípios :

- Garantia da centralidade da escola no sistema;
- Gestão descentralizada com autonomia para as unidades de ensino elaborarem e implementarem seus Projetos Políticos Pedagógicos e em suas instâncias decisórias, bem como de estratégias de acompanhamento das ações a serem implementadas;
- Gestão de responsabilidade com definição clara de competências e efetiva implementação de prestações de contas, respeitando a legislação vigente;
- Gestão de resultados com processos definidos de acompanhamento e avaliação permanentes;
- Gestão estratégica com foco voltado para a qualidade do ensino.

Essa lei estabelece que a organização pedagógica – administrativa das unidades escolares tenham a seguinte estrutura:

- Conselho Escolar;
- Diretor

Além disso o processo democrático se dá com a descentralização do poder, a eleição direta dos dirigentes, a autonomia na elaboração do projeto político pedagógico e outros projetos de escola e elaboração do regimento interno.

A experiência desse processo nos leva a perceber a necessidade de adotar critérios de avaliação que materializem a dinâmica e qualidade da gestão visando assegurar uma educação pública de qualidade para todos. Merece destaque, também, para a Lei complementar nº162/06 – que institui o Sistema Estadual de Ensino-elegendo como órgãos de gestão do sistema a Secretaria de Educação e o Conselho Estadual de Educação, caracterizando, assim , a gestão democrática do poder central.

Outro aspecto de democratização e qualidade social da Educação, que no caso do Acre merece registro, é o reordenamento da rede no tocante à garantia da oferta e terminalidade da Educação Básica desde a infância até os anos finais.

Posições Majoritárias

- A implantação do Ensino Fundamental de 09 anos vem exigir do sistema público uma releitura do regime de colaboração, de modo a evitar a ruptura entre os anos iniciais e os anos finais do ensino fundamental, compreendendo os ciclos/séries que os integram com tempos e espaços articulados entre si e interdependentes. Nesse sentido, tem sido tarefas da gestão democrática a construção de espaços coletivos para a formação em serviço dos profissionais da educação, instigar o professor-escola a desenvolver discussões sobre o currículo, investigar e analisar as lacunas entre as propostas curriculares, avaliar os resultados de propostas alternativas e implementadas em outros sistemas.
- Expandir o Ensino Médio integral de caráter unitário, articulando o saber científico tecnológico e histórico, tendo como pressuposto fundamental um referencial voltado para promoção social do cidadão.
- Consolidar uma política de Educação de Jovens e Adultos concretizada na garantia de formação integral da alfabetização e das demais etapas de escolarização, ao longo da vida. Essa política pautada pela inclusão e qualidade social – prevê um processo de gestão e financiamento que assegure a

implantação do sistema integrado de monitoramento e avaliação, além de maior alocação de recursos para Estado e municípios.

- Fomentar Políticas públicas que assegurem a construção de espaços culturais, acervos bibliográficos e apoio à produção literária e científica, e capacitação de mediadores a fim de estimular a formação de leitores.
- Contribuir com a edificação de uma prática pedagógica inovadora na utilização de tecnologias como instrumentos para tornar os alunos crítico-reflexivos, investigadores contínuos em suas áreas de atuação.
- Construir e expandir a rede para o atendimento da clientela de zero a cinco anos, de responsabilidade dos municípios.
- Efetivar o regime de colaboração entre Estado e Municípios para garantir o direito à educação escolar e o ingresso de todas as crianças à partir de seis anos na Educação Básica.
- Definir as diretrizes curriculares para o ensino fundamental de nove anos.

Posições Minoritárias

- Deve-se investir na formação dos profissionais da educação para que utilizem a TICS com fins educativos, construção, ampliação de laboratórios de informática e utilizando-as como recurso de apoio ao processo pedagógico e de incentivo à construção de práticas colaborativas de aprendizagem.
- Expandir e fortalecer o Atendimento Educacional Especializado, que deve ser realizado no contra-turno, disponibilizando acesso ao currículo e proporcionando independência para a realização de tarefas e construção de autonomia. Esse serviço diferencia-se da atividade de sala de aula comum, não sendo substitutivo à escolarização.
- Fortalecer parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais para promover acessibilidades arquitetônicas, serviços de saúde, assistência social, justiça e trabalho.

- Definir critérios para a lotação dos professores, sobretudo, no ciclo inicial para garantir a alfabetização com qualidade, em dois anos, inclusive, articulando um sistema de lotação com contratos nas duas redes, na mesma série, garantindo a otimização da formação continuada na própria escola.

- Adequar o Currículo de EJA à especificidades do sistema prisional, das unidades de medidas sócio-educativo e das populações rurais, considerando tempo e espaço dos sujeitos inseridos nesses contextos.
- Ampliar as possibilidades de inclusão social, de participação em processos de geração de renda e de inserção no mundo do trabalho, através da oferta de cursos de formação inicial e continuada para alunos matriculados no 2º segmento de Ensino Fundamental e de cursos técnicos para aluno matriculado no Ensino Fundamental e Médio de EJA em parceria com instituições que atuam direta e indiretamente com a formação profissional.
- Qualificar docente para atuação nos cursos de Educação Profissional integrada à Educação Básica na modalidade de EJA-PROEJA.

EIXO TEMÁTICO III – Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos Instrumentos e Financiamento de Educação.

- Em relação ao 1º parágrafo do documento referência, face à dotação dos índices mínimos orçamentários destinados para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, vale destacar o fato de o Estado do Acre ter fixado em lei própria, a elevação desse mínimo da receita para 30%.
- Com relação ao parágrafo 3º do DR, vale destacar que a experiência do Acre na implantação do regime de colaboração, comundo com os municípios, com a finalidade de somar esforços e minimizar recursos para assegurar a oferta do ensino fundamental e permanência com qualidade, da clientela, esbarrou na ausência de marcos jurídicos.

Posições Majoritárias

- Reordenação da rede pública de ensino, reafirmando que os municípios devem assumir a Educação Infantil e séries iniciais de Ensino Fundamental e o Estado as séries finais e Ensino Médio em regime de colaboração.
- Ampliar espaços de participação para discussão dos conselhos escolares associações de pais, grêmios estudantis, sindicatos, etc. para dinamização, participação, conscientização da aplicação dos recursos públicos utilizados na escola e fiscalizados pelos conselhos escolares.

EIXO IV – Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Relativo ao parágrafo 3º do DR é oportuno destacar que o Estado do Acre, o mais ocidental dos Estados brasileiros situado na Zona da Floresta da Bacia Amazônica, além de uma grande biodiversidade da floresta, possui, também, uma das maiores diversidades culturais do país que inclui 14 etnias, portanto 14 línguas e uma população de mais de 14.700 índios. Por isso os grandes conflitos. Há diversidade também, quanto à população de ribeirinhos, seringueiros, pecuaristas e colonos que habitam no meio rural e quanto à educação de pessoas deficientes e altas habilidades.

Posições Majoritárias

- As orientações curriculares, no aspecto da contextualização e transversalidade deverão estar focados para a proteção do meio ambiente, o convívio harmonioso do homem com a natureza, para a necessidade de aprender a viver juntos, a formação técnica voltada para o desenvolvimento sustentável o respeito e a valorização da cultura local e das contradições, evidenciadas nas propostas pedagógicas e nos materiais didáticos, como por exemplo, em línguas indígenas nas diversas etnias.
- Estudos com posição formal do Conselho Nacional de Educação para alargar os horizontes quanto ao entendimento do que a legislação dispõe sobre efetivo trabalho escolar e do espaço de realização das atividades educacionais,

flexibilizando a organização do cumprimento da jornada letiva no meio rural, devidamente previstos no Projeto Político Pedagógico da escola, com apreciação do Conselho Estadual de Educação, considerando que a organização do tempo escolar na zona rural amazônica precisa obedecer a uma lógica que se harmonize com os ciclos da natureza.

- Garantir a oferta do ensino médio aliado à formação técnica profissional nas áreas agro-florestal, ecologia, desenvolvimento sustentável, elaboração e gestão de projetos de fortalecimento comunitário, nas reservas extrativistas.
- Estabelecimento de padrões de conteúdos mínimos para a educação básica de modo à assegurar a unidade de formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais.
- Estabelecimento de conteúdos mínimos para o currículo de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica e na formação continuada dos professores.
- Garantia de Ensino Fundamental de 5ª e 8ª série nas áreas rurais.

Posições Minoritárias

- Garantir atendimento educacional para alunos com altas habilidades/superdotação, através da implementação de programas de enriquecimento curricular que promova o desenvolvimento do potencial nas áreas: intelectual, acadêmica, liderança, artes, psicomotricidade e mecânica.
- Garantir a oferta de Educação nas áreas rurais.

EIXO V – Formação e Valorização do Profissional da Educação

No tocante à formação e valorização do Profissional da Educação o Estado do Acre priorizou, dentre as, políticas públicas, a formação de todos os seus professores até ao nível superior. Esse feito repercutiu significativamente na estrutura do plano de cargas e salários pela esperada progressão funcional advinda da qualificação e das promoções em cumprimento aos dispositivos legais. Entretanto, o governo foi além com a concessão de isonomia salarial proporcionando aos professores os maiores índices salariais do país.

Posições Majoritárias

- Implantação de ensino superior para os professores indígenas, bem como, oferta do programa de educação continuada para os já formados, voltado para essa especificidade de educação.
- Oferta da formação para professores da zona rural, pensada a partir de um modelo formativo que ultrapasse a especialização por disciplinas, buscando uma lógica que se aproxime dos campos constituídos dos saberes, oportunizando diálogo entre as áreas e visando a configuração de uma polivalência com qualidade, inclusive utilizando-se das alternativas da educação a distância.
- Identificação de um perfil de professores para as classes multisseriadas, por ser uma cultura secular utilizada para amenizar as carências de recursos humanos, alicerçada em elementos teóricos e metodológicos que subsidiem a prática docente e até mesmo, os currículos dos cursos de formação.
- Implementar Programas de formação inicial e continuada que contemplem a discussão sobre gênero com destaque nas lutas contra as variadas formas de discriminação de sexo e violência contra mulher.
- Implementar uma política de avaliação e certificação de competência docente com critérios devidamente discutidos, com os segmentos representativos da educação, articulada com a formação continuada.
- Capacitar professores e pessoal de apoio das escolas para utilização plena da tecnologia da informática, a fim de desenvolver programas educativos apropriados que possam contribuir para transformar a escola numa organização que aprende, se moderniza e evolui mais rapidamente.
- Promover a formação continuada dos profissionais da educação que atuam em EJA, favorecendo a implementação de uma prática pedagógica pautada nas especificidades do sujeitos do EJA e adoção de uma postura mediadora frente ao processo ensino aprendizagem.
- Qualificar docentes e gestores para atuação nos cursos de Educação Profissional, integrada a Educação Básica, na modalidade de EJA – PROEJA.
- Ofertar cursos técnicos, através de acordos institucionais, na modalidade de educação a distância, para o pessoal de apoio das unidades escolares garantindo a

atualização e consolidação de suas identidades, visando a melhoria de suas atuações.

- Implementar critérios para a adoção de um piso salarial unificado que possa beneficiar todos os municípios.
- Promover a formação continuada dos profissionais de educação que atuam em EJA, favorecendo a implementação de uma prática pedagógica pautada nas especificidades das sugestões de EJA e na adoção de uma postura mediadora frente ao processo de ensino aprendizagem.

Posições Minoritárias

- Implementar cursos de mestrado e doutorado para professores pesquisadores, com vista ao incremento da pesquisa que dê suporte à reelaboração dos conhecimentos com foco na aprendizagem.

B) SÍNTESE DA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DA ÚLTIMA DÉCADA

No quadro global em que se constitui as políticas públicas para a educação no Estado do Acre, ganham importância, particularmente, as que contribuem com os desafios de: construir um mundo melhor através do desenvolvimento sustentável, garantir à todos, na diversidade, o direito à educação de qualidade, contribuir para a edificação de uma gestão inteligente e intuitiva e para a constituição da cidadania.

Posições Majoritárias

- Priorizando a política de formação e valorização dos profissionais de educação, o Governo do Acre, em parceria com as prefeituras municipais e com a Universidade Federal do Acre, reverteu o índice de 73% de professores leigos no final da década de 90 para o índice atual de 86% de diplomados em licenciaturas e 14% de professores do meio rural, atualmente, em cursos de licenciaturas presenciais e/ou a distância, em convênio com a UnB.

- Reestruturou o plano de cargos, carreiras e salários elevando, consideravelmente, os índices salariais com a progressão funcional e a concessão da isonomia salarial.
- Formação do magistério indígena intercultural, diferenciado e bilíngüe.

A implantação do programa de formação do magistério indígena, em nível médio, atendeu a todos os professores indígenas do Acre, tanto da rede estadual quanto da rede municipal. Atualmente 47 desses professores estão cursando pedagogia ou outras licenciaturas, na Universidade Federal do Acre.

- Capacitação e formação teórica-metodológica do corpo técnico que atua na educação indígena, constituído por oito (8) profissionais com formação multidisciplinar na área pedagógica das disciplinas: Letras, Física, Matemática, Biologia, História, Educação Física, Artes e Economia.
- Formação em especialização para 65 professores de 5ª a 8ª série do ensino religioso das escolas urbanas de Rio Branco, para implantação da proposta curricular de um ensino plural como orientou o Fórum Estadual do Ensino Religioso composto pelos representantes das diversas instituições religiosas, das entidades governamentais e não governamentais que atuam na educação, dos professores das unidades escolares e dos pais de alunos.

O debate do financiamento da educação é central e envolve a resolução de aspectos como: a rediscussão dos percentuais mínimos de vinculação da receita dos recursos da união, dos Estados e dos Municípios para a manutenção da Educação Básica; regulamentação do regime de colaboração entre os vários níveis de governo com a definição do papel de cada instância e os marcos jurídicos que normatizam a ação da união, dos Estados e dos Municípios junto à Educação Básica, bem como examinar a articulação entre essas ações, a proposição e materialização de políticas educacionais.

- A descentralização contida na Lei de Gestão além da democratização de gestão imprimiu também, na escola, o caráter de autonomia pedagógica para elaborar e implantar seu projeto pedagógico, respeitando a legislação vigente.
- Reestruturação e redefinição dos padrões básicos de construção, ampliação e reforma das unidades escolares, segundo padrões adequados as diversas realidades da clientela (indígena, rural e urbana) do ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, de 5ª a 8ª séries , Ensino Médio e Educação

Profissional respeitando a contextualização e a realidade dos diversos povos da floresta.

- Realização de um censo com a utilização de GPS – localização através de satélite para exata identificação das escolas rurais de todo o Estado. Os dados do censo possibilitaram, além do geo-referenciamento das escolas, construir, no Planejamento Estratégico do Sistema, caminhos que foram fundamentais para a melhoria significativa do quadro anterior estabelecendo políticas tais como:
 - Implantação de propostas curriculares com metodologia específica para as classes multiseriadas;
 - Ampliação da oferta de 5ª a 8ª séries para a população residente em áreas antes não atendidas;
 - Ampliação da oferta de ensino médio em função da ampliação do ensino fundamental;
 - Acompanhamento pedagógico por uma equipe técnico, realizado periodicamente;
- Implementação de política de Preenchimento de cargos de direção das unidades escolares com a realização do primeiro exame de certificação profissional para diretores da rede de ensino do Estado do Acre. Os conhecimentos e habilidades do diretor da unidade de ensino foram avaliados por meio de dois(2) testes de competências específicas e de questões práticas. Esse exame ocupacional foi oferecido aos candidatos que fazem parte do quadro permanente do magistério da SEE, que possuem licenciatura plena e com o mínimo de cinco (5) anos de efetivo exercício no magistério;
- Para garantir o direito constitucional ao ensino fundamental para todos o Estado do Acre, com um esforço considerável e, acionando o regime de colaboração tem buscado garantir o direito à educação para todos, através do reordenamento da rede ofertando matrícula, por zoneamento e assegurando o ingresso da criança na educação infantil, e a sua permanência até a conclusão do ensino Fundamental e Médio.
- Implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e elaboração dos referenciais curriculares para as diversas áreas do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

- Expansão da EJA através da implantação do curso de Educação Básica e oferta de exames para certificação de trabalhadores e jovens fora da idade convencional do ensino regular através do Centro de Educação de Jovens e Adultos.
- Implantação do sistema de avaliação do desempenho para professor da EJA, através de critérios que incluem a participação de técnicos, discentes, resultados da formação continuada e aplicação de instrumentais avaliativos.
- Avaliação do Coordenador pedagógico com critérios que incluem a participação dos professores e resultados da formação continuada.
- Criação, pela Lei Estadual 1695 de 21/12/2005 do Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr, entidade autárquica com autonomia financeira, pedagógica e administrativa, responsável pela formulação e implementação das políticas públicas de Educação Profissional do Estado em substituição à Gerência de Educação Profissional – GEPRO/SEE com vista à desburocratização da gestão para ampliação da oferta de Educação Profissional no Estado.
- Implantação de Centros de Educação Profissional voltados ao atendimento de demandas em áreas profissionais estratégicas ao desenvolvimento do Estado como Saúde, Serviços, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.
- Ampliação da captação de recursos através de Emendas das bancadas federais e desenvolvimento de Projetos Especiais oriundos de diferentes fontes.
- Construção e implementação de um modelo de gestão adequado às necessidades de flexibilização da Educação Profissional, com uso de ferramentas como: a) Planejamento Estratégico, visando a integração das políticas institucionais às políticas de Governo; b) Pesquisa de Levantamento de Demandas para orientar a oferta de cursos; c) Avaliação Institucional para aferição dos resultados sociais da instituição; d) Acompanhamento de Egressos como forma de aferição da efetividade dos cursos oferecidos.
- Ampliação da oferta de Educação Profissional através da adesão à Programas do Governo Federal, com formulação de parcerias no âmbito federal, estadual, municipal e com instituições não-governamentais

- Expansão da rede de Centros de Educação Profissional do Estado através da criação de novas unidades dentro das Zonas de Atendimento Prioritário (ZAP's) definidas pelo Governo.
- Criação da Usina de Artes para cursos técnicos em Artes, música, arte cênica e teatro.
- Ampliação das oportunidades do direito educacional às pessoas com deficiência através da inclusão em salas comuns, com atendimento educacional especializado no contra-turno, contando com os serviços de atendimento educacional especializado, nas escolas regulares e centro de apoio pedagógico.

Posições Minoritárias

- Confecção e impressão de materiais didáticos em língua indígena e em português, produzidos por educadores que trabalham com pesquisas lingüísticas nas diversas etnias.
- Oferta da Educação Básica nos sistemas prisionais e nos centros sócio-educativos;
- Acompanhamento pedagógico como forma de sanar situações problemas na Educação de Jovens e Adultos em todo o Estado.
- Elaboração e implantação de Proposta Pedagógica própria para a Educação Profissional com o conjunto de orientações para subsidiar a construção dos currículos, as ações pedagógicas e o planejamento educacional dos Centros de Educação Profissional.
- Promoção de Audiências Públicas e Ouvidorias para levantamento de demandas, definição de prioridades de oferta de cursos de Educação Profissional e construção do Perfil Profissional de Conclusão dos Cursos Técnicos de nível médio.
- Produção de material didático-pedagógico pelas equipes técnicas da rede de Educação Profissional do Estado.
- Desenvolvimento do Programa de Educação Permanente dos servidores do Instituto *Dom Moacyr* visando suprir as necessidades do serviço.
- Realização de Processos Seletivos de educandos alcançando todo o Estado, através das diferentes Regionais.

- Realização de Processos Seletivos Simplificados para contratação temporária de profissionais para atuação na Educação Profissional do Estado.
- Acompanhamento pedagógico aos Cursos de Formação Inicial e Continuada e aos Cursos Técnicos de Nível Médio, com geração de informações ao sistema gerencial da rede de Educação Profissional.
- Operacionalização das ações através de Projetos de Trabalho que se baseiam nos objetivos, metas e atividades do Planejamento Estratégico (PES), adotando-se a Metodologia de Projetos para as rotinas internas de trabalho.
- Oferta de Educação para os funcionários do quadro de apoio das escolas assegurando a especialização dos serviços em prol da melhoria da qualidade do ensino.

C) EVENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS QUE FORAM UTILIZADOS COMO REFERÊNCIA

- Conferências Municipais para estudo do documento referência e demais documentos a fim de gerar sugestões para Conferência Estadual de Educação Básica ;
- Encontros com representantes das instituições governamentais e não – governamentais, dos sindicatos dos trabalhadores de Educação, dos Conselhos escolares, da Assembléia Legislativa, da Câmara Municipal de Rio Branco, do Ministério Público, da Secretaria de Educação e dos Conselhos Municipais e Estadual de Educação para reflexão sobre as temáticas e colóquios postos para subsidiar a Conferência Nacional de Educação Básica;
- Elaboração de Planos e Relatórios de Trabalho com a participação das entidades.
- Conferência Estadual de Educação – com 337 participantes- congregando os diversos segmentos da educação, representantes de organismo sociais, instituições governamentais, não-governamentais, representante dos pais de alunos, Secretários Municipais de Educação e delegados que representaram os diversos municípios do Acre.

- Escolha dos delegados para Conferência Nacional de Educação Básica em conformidade com as orientações do comitê nacional, contidas no regimento da Conferência.

Rio Branco-AC, 08 de janeiro de 2008.